

**NORMA MUNICIPAL PARA A INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS SUJEITOS A
CONTROLE PRÉVIO PREVISTOS NO RJUE EM CONFORMIDADE COM O
SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**

(Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho na sua atual redação)

Os pedidos de informação prévia, licenciamento ou comunicação previa referentes à construção de novos edifícios ou a ampliação (aumento de área de implantação) de edifícios existentes, fora das áreas urbanas previstas no Plano Diretor Municipal, devem cumprir o previsto no Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho na sua atual redação.

Para o efeito a Câmara Municipal deve solicitar parecer vinculativo ao ICNF (alíneas c) do nº 3 e 5 do artigo 16.º), devendo o requerente na instrução do procedimento apresentar, além dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril e no RMUEFT o seguinte:

- 1- O termo de responsabilidade pelo projeto de arquitetura deve observar, além das normas legais e regulamentares aplicáveis, o Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho na sua atual redação.
- 2- Extratos das cartas referentes ao PMDFCI
 - 2.1 - Carta de Perigosidade de Incêndios Florestais
 - 2.2 – Carta de Perímetros Florestais
 - 2.3 – Carta das Áreas Ardidas Por Ano, Últimos 10 Anos
 - 2.4 – Carta de Ocupação do Solo
- 3- A Memória descritiva deve conter um capítulo, referente ao cumprimento das disposições previstas no diploma citado, nomeadamente:
 - 3.1 – Quais as medidas a adotar relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos (alínea b) do nº 3 artigo 16.º)
 - 3.2 – Se a operação urbanística se situa ou confina com espaço florestal (alínea a) do nº 3 artigo 16.º)
 - 3.3 – Indicar qual a classe de perigosidade onde se insere a operação urbanística e quais as distâncias às extremas da propriedade referentes à faixa de proteção medida a partir da alvenaria exterior da edificação (alínea a) do nº 3 artigo 16.º)
 - 3.4 – Indicar se faixa de proteção está integrada na rede secundária ou primária estabelecida, infraestruturas viárias ou planos de água, e se cumpre a distância mínima exigida para aquela faixa de proteção (nº 4 artigo 16.º)
- 4- A Planta de Implantação deve conter o seguinte:
 - 4.1 - Indicação da ocupação dos terrenos confinantes, na extensão necessária à verificação do previsto no nº 13 do artigo 15.º, alínea a) do nº 3 do artigo 16.º e nº 5 do artigo 16.º
 - 4.2 – Indicação de eventuais faixas de proteção integrantes na rede secundária ou primária estabelecida, infraestruturas viárias ou planos de água, e as respetivas distâncias mínima exigidas para as faixas de proteção (nº 1 artigo 15.º ou nº 2 artigo 18.º)